

TURVINO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 30.682.919/0001-73
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais, a administração apresenta as suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração.

Balço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.202	31.076
Contas a receber de clientes	9	31.127	31.685
Tributos a recuperar		698	2
Adiantamento a fornecedores	11	-	3.180
Outros créditos	10	-	304
Total do ativo circulante		36.027	66.247
Não circulante			
Propriedade para investimento	12	1.484.280	1.052.387
Ativo biológico	13	13.338	-
Ativo intangível		18	-
Direito de uso terras	14	40.019	-
Total do ativo não circulante		1.537.655	1.052.387
Total do ativo		1.573.682	1.118.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	17	41.395	25.466
Lucro bruto		41.395	25.466
Despesas operacionais, gerais e administrativas	18	(7.326)	(1.682)
Lucro operacional		34.069	23.784
Resultado financeiro	19	(1.511)	309
Lucro antes dos impostos		32.558	24.093
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(4.852)	(2.973)
Lucro líquido do exercício		27.706	21.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		27.706	21.120
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		27.706	21.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2020	2019
			(Reapresentado)

Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos			
	Nota	2020	2019
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido originado das atividades operacionais		32.558	24.093
Depreciação do direito de uso	14	1.663	-
Juros e variações monetárias	14	1.889	-
Resultado ajustado		36.110	24.093
Varição nos ativos operacionais:			
Contas a receber	9	558	(26.435)
Partes relacionadas	10	-	463
Tributos a recuperar		(793)	-
Adiantamento a fornecedores	10	3.180	(3.180)
Outros créditos	10	304	-
Varição nos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		102	91
Obrigações sociais		27	1
Outros passivos	10	(7.516)	6.603
Caixa gerado pelas atividades operacionais		31.972	1.636

Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos			
	Nota	2020	2019
Caixa gerado pelas atividades operacionais		27.228	148
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de propriedade para investimentos	12	(679.983)	(562.788)
Ativo biológico	13	(11.009)	-
Aquisição de ativo intangível		(18)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(691.010)	(562.788)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de passivos de arrendamento	14	(1.555)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	638.463	593.717
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		636.908	593.717
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(67.834)	31.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	31.076	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	4.202	31.076
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(26.874)	31.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iii) **Impairment de ativos financeiros** - A Empresa avalia a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **7.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

7.10. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **7.11. Receitas operacionais:** A receita compreende substancialmente o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente de contratos de concessão de direito de superfície (Nota 1). A receita dos contratos de concessão de direito de superfície é reconhecida pelo método linear como receita durante o período de vigência contratual, com base no preço fixo anual determinado contratualmente. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. Os ativos objeto dos contratos de concessão de direito de superfície são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza. **7.12. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: • receita e despesa de juros; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber). **7.13. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos ou perdas de variação nas taxas de câmbio sobre ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base em taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação do valor justo quando este é utilizado. **7.14. Imposto de renda e contribuição social:** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 32% no cálculo da presunção de imposto de renda de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da concessão de direito de superfície com as partes relacionadas Bracell SP Celulose Ltda e Bracell Bahia Specialty Cellulose S.A. e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a

Continua.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Nota	Adiantamento				Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva para retenção de lucros	para futuro aumento de capital		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	16	86.469	109	1.862	-	88.440
Lucro líquido do período	16	-	-	-	21.120	21.120
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	593.717	-	593.717
Destinação do resultado:						
Reserva legal conforme contrato social	16	-	1.056	-	(1.056)	-
Distribuição obrigatória de lucros conforme contrato social	16	-	-	-	(2.006)	(2.006)
Transferência para reserva para retenção de lucros	16	-	-	18.058	(18.058)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		86.469	1.165	19.920	593.717	701.271
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	27.706	27.706
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	638.463	638.463
Integralização de capital	16	593.717	-	-	(593.717)	-
Destinação do resultado:						
Complemento de reserva conforme contrato social	16	-	1.385	-	(1.385)	-
Distribuição obrigatória de lucros conforme contrato social	16	-	-	-	(2.770)	(2.770)
Transferência para reserva para retenção de lucros	16	-	-	23.551	(23.551)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		680.186	2.550	43.471	638.463	1.364.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Turvino Participações Ltda. ("Turvino" ou "Empresa") é uma empresa controlada pela Estrela SSC Holdings S.A. ("Estrela" ou "Controladora"), sediada em Lençóis Paulista (SP). A Empresa foi constituída em 12 de junho de 2018 e tem como objeto social a administração de imóveis e atividade de apoio à produção florestal, tal como a extração de madeira e exploração florestal. A Empresa e sua controladora Estrela, em conjunto, formam o "Grupo". Em 30 de agosto de 2018, o capital social da Empresa foi aumentado e totalmente integralizado por meio da incorporação do acervo líquido objeto da cisão parcial da Lwarcel Celulose Ltda., no valor contábil de R\$ 86.468, formado substancialmente por terras e terrenos, no valor contábil de R\$ 83.747. A partir de 2018, a Empresa firmou instrumento particular de concessão de direito de superfície (doravante "Contrato") com as partes relacionadas Bracell SP Celulose Ltda. ("Bracell SP") e Bracell Bahia Florestal Ltda. ("Bracell BA"). Os Contratos estabelecem as condições para desenvolvimento de atividade de exploração florestal pela Bracell SP e pela Bracell BA nas terras de propriedade da Empresa, em caráter de exclusividade, mediante preços e condições acordadas entre as partes, tendo duração de 42 anos (Bracell SP) e entre 12 e 42 anos (Bracell BA), podendo ser renovado por igual período. Durante 2019 e 2020, a Empresa adquiriu novas propriedades, destinadas à exploração florestal pela Bracell SP e Bracell BA, por meio de contrato de concessão de direito de superfície. Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresenta capital circulante líquido (CCL) negativo o qual está substancialmente relacionado à aquisição de terras aprovada previamente pelos sócios da Controladora, e que se espera ser liquidado por meio de integralização de capital social e/ou empréstimos, conforme planejamento financeiro baseado nos vencimentos contratuais das propriedades adquiridas. A Controladora também confirmou à Empresa que em caso haja necessidade de provisão de recursos para liquidação destes passivos, estes serão providos.

2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 4. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 28 de maio de 2021.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **4.1. Julgamentos:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) de ativos:** Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Empresa realiza uma análise de recuperabilidade de ativos tangíveis de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. **(b) Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idénticos. • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **(c) Covid-19:** Embora as estimativas e premissas aplicadas contemplem as condições atuais e, conforme aplicável, as condições futuras que considera relevantes, os impactos decorrentes da pandemia e diferentes políticas monetárias, fiscais e governamentais destinadas a revitalizar a economia, é possível que as condições reais possam ser diferentes das expectativas. A gravidade, magnitude e duração, bem como, as consequências econômicas da Covid-19 são incertas, mudando rapidamente, provocando a impossibilidade de previsão. Como resultado, as estimativas e premissas podem mudar com o tempo em resposta ao desenvolvimento das condições de mercado.

5. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: Alterações adotadas pela Empresa - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020: • Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". • Definição de negócio: alterações ao CPC 15 "Combinação de Negócios". • Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 "Instrumentos Financeiros". • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros. • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa. **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

6. Reapresentação das cifras comparativas: Em 2020, foi identificado que a Empresa apresentou na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o caixa recebido de Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 593.717 em atividades de investimento, enquanto de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, tais recursos recebidos deveriam ter sido apresentados em atividades de financiamento. Desta forma, a demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2019, apresentada para fins de comparação, foi ajustada e está sendo reapresentada. Os efeitos dessa reapresentação na demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados a seguir.

	Apresentado originalmente	Ajustes	Reapresentado
Lucro antes dos impostos	24.093	-	24.093
Caixa gerado nas atividades operacionais	148	-	148
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	30.929	(593.717)	(562.788)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamentos	-	593.717	593.717
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	31.077	-	31.077

7. Principais políticas contábeis: **7.1. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **7.2. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber das partes relacionadas Bracell SP e Bracell BA, decorrente dos contratos de direito de cessão de superfície existente entre as partes. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), quando aplicável. **7.3. Ativo biológico** - O ativo biológico corresponde a florestas de eucalipto destinadas à produção de celulose da Bracell SP parte relacionada da Empresa. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos, variável com base na cultura e no material genético a que se refere. O ativo biológico é mensurado ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar a matéria-prima na planta de produção. Considerando que as florestas que compõem o ativo biológico da Empresa foram adquiridas de terceiros em condições de mercado, em data próxima às demonstrações financeiras (especificamente em 14 de dezembro de 2020), a administração entende que o valor da transação reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo, dado que não houve alterações relevantes nos preços de mercado ou desenvolvimento biológico relevante das florestas desde a data da transação até 31 de dezembro de 2020. **7.4. Propriedade para investimento** - As propriedades para investimento referem-se a terras e terrenos mantidas para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas. Estão reconhecidas e mensuradas pelo custo histórico de aquisição ou incorporação (Nota 1), deduzido, quando aplicável, de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do ativo são reconhecidos no resultado. As propriedades para investimentos (terras e os terrenos) não são depreciadas. **7.5. Arrendamentos** - A Empresa firmou contratos de arrendamento de terras durante o ano de 2020, e adotou o CPC 06 (R2), porém cedeu as áreas em parceria para sua parte relacionada Bracell SP por meio de contrato de parceria agrícola firmado entre as partes, com participação variável nos frutos, ou seja, sem cláusulas fixas de participação na produção de eucalipto. Na data de contratação dos contratos de arrendamento foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dá conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. A Empresa não possui contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii) garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. A Empresa utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: **a.** O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes; **b.** Os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização foi como arrendamentos de curto prazo diretamente no resultado; **c.** A contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor; **d.** A Empresa excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da adoção inicial. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

7.6. Impairment de ativos não financeiro - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **7.7. Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores. **7.8. Instrumentos financeiros** - A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são

TURVINHO PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ nº 30.682.919/0001-73

continuacão....
receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"**: Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	101	-
Aplicações financeiras	4.101	31.076
Total	4.202	31.076

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, de 60% (2019 - 70%) e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

9. Contas a receber de clientes

	2020	2019
Mercado interno - partes relacionadas (Nota 10)	31.127	31.685
Total	31.127	31.685

O saldo das contas a receber não possui títulos em atraso e vence em até 360 dias.

10. Partes relacionadas: Os saldos e as transações com partes relacionadas são assim resumidos:

10.1. Ativo circulante

	2020	2019
Partes relacionadas		
Bracell SP Celulose Ltda.	31.127	31.685
Bracell Celulose Solúvel Especial Participações Ltda.	-	304
Total	31.127	31.989

Os valores registrados no ativo circulante, referem-se às transações com partes relacionadas decorrentes do instrumento particular de direito de superfície, assinado com a Bracell SP (Nota 1), em caráter de exclusividade, mediante preços e condições acordadas entre as partes, e em 2019 também do contrato de mútuo assinado com a Bracell Celulose Solúvel Participações Ltda. que foi liquidado em 2020.

10.3. Passivo circulante

	2020	2019
Controladora:		
Estrela SSC Holdings S.A. (i)	4.983	2.213
Parte relacionada:		
Bracell SP Celulose Ltda. (ii)	2.316	7.516
Total	7.299	9.729

(i) Os saldos a pagar à Estrela referem-se a dividendos a pagar conforme Nota 16 (d).
(ii) Os saldos a pagar à Bracell SP referem-se a adiantamentos de valores referentes ao contrato de direito de uso de superfície e ao compartilhamento de despesas administrativas.

10.4. Receita líquida

	2020	2019
Partes relacionadas		
Bracell SP Celulose Ltda.	38.993	25.466
Bracell Bahia Florestal Ltda.	1.959	-
Total	40.952	25.466

10.5. Outras transações: Contratos de parceria agrícola – Empresa x Bracell SP - Conforme citado na Nota 7.5, a Empresa firmou contratos de parceria agrícola com sua parte relacionada Bracell SP, com prazos de duração consistentes com os prazos dos contratos de arrendamento originais firmados pela Empresa junto a terceiros (prazos finais entre 2027 a 2040). Os frutos da colheita serão repartidos, cabendo à Empresa o percentual de 25% sobre a produção de eucalipto em pé, em cada colheita. **Transferências de áreas – Estrela x Empresa** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controladora transferiu terras para a Empresa no montante de R\$ 68.307. Tratam-se de contratos de compromisso de compra e venda onde a negociação foi iniciada pela Controladora e concluída pela Empresa, mediante aditivos contratuais e escrituras emitidas em nome da Empresa. **10.6. Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício de 2020, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração da Empresa, composta por Diretoria da Controladora, foi no montante de R\$ 180 (2019 – R\$ 180). Adicionalmente, a gestão de determinadas atividades operacionais da Empresa é realizada por administradores alocados ao grupo econômico formado pela Empresa, sua controladora e suas partes relacionadas Bracell SP e Bracell Celulose Solúvel Especial Participações Ltda. (em conjunto, "Grupo Bracell"), sem o repasse de custos para a Empresa.

11. Adiantamento a fornecedores

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	-	3.180
Total	-	3.180

Os valores registrados como adiantamento a fornecedores são referentes às transações de aquisição de terras dos fornecedores Usina Paredão e Companhia Agrícola Quatã e foram compensados em 2020.

12. Propriedade para investimento

A movimentação de propriedade para investimento foi a seguinte:

	Terras	Total
Saldo em 31 de julho de 2018 (a)	83.747	83.747
Adições (b)	968.640	968.640
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.052.387	1.052.387
Adições (b)	363.586	363.586
Transferência de terras controladora (c)	68.307	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.484.280	1.484.280
Total	1.484.280	1.484.280

(a) Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa foi constituída em 12 de junho de 2018, e em 30 de agosto de 2018, incorporou o acervo líquido objeto da cisão parcial da Lwarcel Celulose Ltda., formado substancialmente por terras e terrenos, no valor contábil de R\$ 83.747. (b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa adquiriu novas áreas que foram ou serão destinadas a exploração de atividade florestal por suas partes relacionadas Bracell SP e Bracell BA, mediante contrato de uso de superfície (Nota 1), em consonância com o projeto de expansão das operações da Bracell SP. (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controladora transferiu terras para a Empresa no montante de R\$ 68.307. Tratam-se de contratos de compromisso de compra e venda onde a negociação foi iniciada pela Controladora e concluída pela Empresa. As aquisições de propriedades para investimento são apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa com R\$ 431.893 acrescida da variação de fornecedores de propriedades para investimento no valor R\$ 248.090, resultando em R\$ 679.983. **Garantia** - Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não possui terras e terrenos dados em garantia.

13. Ativo biológico

	Florestas
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Adições	13.338
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.338
Total	13.338

O ativo biológico da Empresa, compreende florestas de eucalipto adquiridas de terceiros em condições de mercado em data próxima ao fechamento das demonstrações financeiras (em 14 de dezembro de 2020), assim, a administração entende que o valor da transação reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo, dado que não houve alterações relevantes nos preços de mercado ou desenvolvimento biológico relevante das florestas desde a data da transação até 31 de dezembro de 2020. Considerando se tratar de preço obtido por meio de negociação real próxima a data-base, não tendo sido obtido por meio de fluxos de caixa descontados, é considerado ativo a valor justo de Nível II. Na demonstração dos fluxos de caixa as adições são apresentadas pelo valor de aquisições de ativo biológico, líquido da variação do valor das demais obrigações de R\$ 2.316 (outras contas a pagar) e R\$ 13 (fornecedores).

14. Direito de uso e passivos sobre os contratos de arrendamento - Direito de uso: Conforme descrito na Nota 7.5, a Empresa aplica o CPC 06 (R2), sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dá conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O efeito para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é apresentado abaixo:

	Arrendamento de terras (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		
Adições	41.682	41.682
Amortizações	(1.663)	(1.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.019	40.019

(a) Refere-se a contratos de arrendamento de terras para cultivo de eucalipto que estão em uso em parceria por sua parte relacionada Bracell SP para cultivo de eucalipto através dos contratos de parceria agrícola firmado entre as partes (Nota 10.5).

Passivos de arrendamento - Os passivos de arrendamento de terras correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados a valor presente pelas taxas de desconto na data em que os contratos foram firmados, conforme apresentado a seguir.

	Taxa média de desconto (b)	Vencimento final (c)	Valor presente do passivo
Natureza dos contratos			
Arrendamento de terras	7,9714	Setembro de 2040	42.016
			<u>42.016</u>

(b) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos existentes. (c) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação. Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 1º de janeiro de 2020

Adições	41.682
Pagamentos	(1.555)
Apropriação de encargos financeiros	1.889
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.016

Passivo circulante 1.409
Passivo não circulante 40.607

Taxa de desconto - As taxas de desconto utilizadas para os contratos de arrendamento e direito de uso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 consistentes com os requisitos do CPC 06 (R2).
Valores reconhecidos no resultado do período - No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidos os valores:

	2020	2019
Apropriação de encargos financeiros	1.889	1.889
Amortizações	1.663	-

15. Fornecedores

	2020	2019
Mercado interno	157.775	405.852
Total	157.775	405.852

Os valores registrados como fornecedores referem-se às transações relacionadas com a aquisição de terras, com prazo de vencimento inferior a um ano.

16. Patrimônio líquido: a. Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 o capital integralizado foi elevado para R\$ 680.186 (2019 – R\$ 86.469), sendo representado por quotas no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Nº cotas	Valor R\$
Estrela SSC Holdings S.A.	680.186.008	680.186.008
Bracell Singapore Pte. Ltd.	1	1
Total	680.186.009	680.186.009

b. Reserva legal - Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, entretanto deixará de ser obrigatória quando o saldo da reserva superar 20% do lucro líquido do exercício corrente, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar eventuais prejuízos e aumentar o capital social. **c. Reserva para retenção de lucros** - Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de lucros e constituição da reserva legal, sendo que sua destinação deve ser deliberada em reunião geral de quotistas. **d. Remuneração aos quotistas** - A Empresa poderá deliberar, em reunião de quotistas, a respeito da distribuição dos lucros. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os quotistas têm direito a uma distribuição obrigatória de 10% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após efetuadas as deduções, amortizações e provisões legais. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela reunião de sócios que aprovar as demonstrações financeiras anuais. **e. Adiantamento para futuro aumento de capital** - Refere-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC realizados pela controladora Estrela SSC Holdings S.A. ao longo do exercício de 2020, com objetivo de prover recursos para que a Empresa honre com seus compromissos financeiros, os quais serão destinados em caráter irrevogável e irretroatável ao aumento de capital da Empresa no exercício de 2021, mediante emissão de 638.463.269 novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00. **f. Distribuição de lucros** - Anualmente as demonstrações financeiras serão aprovadas em reunião de sócios onde também será definido o destino dos lucros apurados, sendo deliberada a distribuição, os lucros serão partilhados de acordo com a proporção do capital social de cada sócio.

17. Receita operacional líquida

	2020	2019
Receita bruta	42.963	26.435
Impostos incidentes sobre as vendas	(1.568)	(969)
Receita líquida	41.395	25.466

18. Despesas operacionais, gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas tributárias (a)	(1.900)	(715)
Despesas com serviços diversos	(446)	(492)
Amortização do direito de uso	(1.663)	-
Arrendamento de terras	(3.276)	(134)
Outras despesas gerais	(41)	(341)
	(7.326)	(1.682)

(a) Refere-se ao pagamento de ITR – Imposto territorial rural das fazendas adquiridas pela Empresa. O aumento se deu, devido à aquisição de novas áreas.

19. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	431	252
Descontos de fornecedores	161	-
Outras receitas	-	107
Total	592	359

Despesas financeiras
Impostos sobre operações financeiras (188) (49)
Juros sobre arrendamentos (1.889) -
Outras despesas financeiras (26) (1)
Total (2.103) (50)
Resultado financeiro (1.511) 309

20. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2020	2019
Im posto de renda		
Base de cálculo	42.963	26.435
Presunção lucro tributável	13.748	8.459
Receitas financeiras - 100%	431	253
Outras receitas - 100%	161	107
Alíquota vigente	15%	15%
	2.151	1.323

Adicional imposto de renda

Presunção lucro tributável	14.341	8.819
Parcela dedutível	(240)	(240)
Alíquota vigente	10%	10%
Imposto devido	1.410	857
Imposto de renda	3.561	2.180

Contribuição social

Base de cálculo	42.963	26.435
Presunção lucro tributável	13.748	8.459
Receitas financeiras - 100%	431	253
Outras receitas - 100%	161	107
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto devido	1.291	793
Contribuição social	1.291	793

Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
21. Instrumentos financeiros:		
Base de cálculo	42.963	26.435
Presunção lucro tributável	13.748	8.459
Receitas financeiras - 100%	431	253
Outras receitas - 100%	161	107
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto devido	1.291	793
Contribuição social	1.291	793

21. Instrumentos financeiros: A Empresa classifica seus ativos financeiros como custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Empresa a expõe a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela gerência e diretoria do Empresa, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos que no desempenho financeiro do Empresa. A gestão de risco é realizada pela gerência financeira e diretoria do Empresa. Sendo que a tesouraria do Empresa identifica, avança e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. Em função da natureza das operações da Empresa, substancialmente relacionadas aos contratos firmados com a Bracell SP e a Bracell BA (Nota 1), a Administração entende que os riscos operacionais, bem como riscos de mercado (preço, juros e câmbio) são naturalmente mitigados.

21.1. As operações realizadas pela Empresa através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo:

	2020	2019
Ativos financeiros - custo amortizado		
Caixas e equivalentes de caixa	4.202	31.076
Contas a receber de clientes	31.127	31.685
Outros créditos	-	304
Total	35.329	63.065

Passivos financeiros

Fornecedores	157.775	405.852
Dividendos a pagar	4.983	2.213
Outros passivos	2.316	7.516
Passivos de arrendamento	42.016	-
Total	207.090	415.581

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras. **Contas a receber/pagar de/para clientes/fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Empresa, substancialmente realizadas com partes relacionadas, registrados pelo seu

valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas. **Outros créditos e outras contas a pagar** - Saldos decorrentes de outras transações com terceiros. **Dividendos a pagar** - Referem-se à provisão de 10% do lucro líquido do exercício para distribuição de lucros aos quotistas. **Passivos de arrendamento** - Substancialmente se referem aos arrendamentos de terras. **21.2. Gerenciamento de risco financeiro** - Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade das áreas de Tesouraria. Identificado o risco o responsável pela Tesouraria específica e atua de forma a zerar possíveis impactos no resultado da Empresa. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as commodities são consideradas a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativas futuras de preços, o que determinará possíveis posições compradas. A Empresa demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes e saldos de caixa e equivalentes de caixa. A administração considera que a concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido à concentração da carteira de clientes com partes relacionadas, decorrente do contrato de concessão de direito de exploração de superfície com a Bracell SP e a Bracell BA (Nota 1), e no caso de caixa e equivalentes de caixa, por operar com instituições financeiras de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	Nota	2020	2019
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	8	4.202	31.076
Contas a receber de clientes	9	31.127	31.685
Outros créditos	10	-	304
Total		35.329	63.065

(b) Risco de liquidez - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Empresa tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito com fornecedores e empréstimos concedidos por partes relacionadas, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais por no mínimo 12 meses. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, e em fluxos de caixa futuros não descontados correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Até 12 meses	de 2 a 3 anos	> 3 anos
Ativos			
Caixas e equivalentes de caixa	4.202	-	-
Contas a receber de clientes	31.127	-	-
Total	35.329	-	-


Passivos

Fornecedores	157.775	-	-
Dividendos a pagar	4.983	-	-
Outros passivos	2.316	-	-
Passivos de arrendamento	1.409	56.419	9.766
	166.483	56.419	9.766

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresenta capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 132.378 (2019 - R\$ 351.116), vide planos divulgados na Nota 1 para equalização desta situação. **(c) Risco de mercado** - **(l) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e não representa risco significativo. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(d) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e integros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

21.3. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos em propriedades da Empresa, requeridos para seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos advindos de sua Controladora, que por sua vez são captados em linhas de financiamento de longo prazo (substancialmente com partes relacionadas) e de geração de caixa da Empresa por meio de cessão dos direitos de uso de superfície à sua parte relacionada Bracell SP. A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são assim sumarizados:

	2020	2019
Total da dívida		
Menos: caixas e equivalentes de caixa	(4.202)	(31.076)
Dívida líquida	(4.202)	(31.076)
Total do patrimônio líquido	1.364.670	701.271</

TURVINHO PARTICIPAÇÕES LTDA. - CNPJ nº 30.682.919/0001-73	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
<p><i>continuação...</i></p> <p>Aos Administradores e aos Quotistas Turvinho Participações Ltda.</p> <p>Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Turvinho Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Turvinho Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Ênfase - Partes relacionadas - Chamamos atenção para as Notas 1 e 10 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Empresa mantém transações e saldos em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se</p>	<p>causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Ribeirão Preto, 28 de maio de 2021</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div style="text-align: center;"><p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP00160/O-5</p></div><div style="text-align: right;"><p>Rodrigo de Camargo Contador CRC 1SP219767/O-1</p></div></div>